

**Registro de Encaminhamentos e Temas (RET) da
31ª Reunião do Comitê Orientador do Fundo Amazônia**



Data: **Quinta-feira, 7 de novembro de 2024**
Horário: **14h30**
Local: **Brasília, Meliá Hotels International**
SHS Quadra 06 Conjunto A Lote 01 Bloco F – Asa Sul

14h30 Abertura

Secretário-Executivo João Paulo Capobianco, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)
Diretora Tereza Campello, BNDES

**14h45 Aprovação do Registro de Encaminhamentos e Temas (RET) da
30ª Reunião**

15h00 Informes

- Projetos da administração pública direta e indireta apresentados na Subcomissão Executiva do PPCDAm;
- Presença do Fundo Amazônia na COP 29, a ser realizada em Baku, Azerbaijão e nas atividades durante a reunião do G20, a ser realizado no Rio de Janeiro;
- Balanço da atuação do Fundo Amazônia – Bombeiros e Demais atuações;

**15h45 Correção sobre redação nas Diretrizes para Aplicação dos
Recursos do Fundo Amazônia (ambos os documentos, para
atuação na Amazônia Legal e Fora da Amazônia Legal):
Proponentes e executores**

16h00 Encerramento

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

Abertura dos trabalhos

A reunião foi iniciada com as boas-vindas aos presentes pelo secretário executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), João Paulo Capobianco, que agradeceu a presença dos representantes do COFA.

1. Aprovação da RET da 30ª Reunião do COFA

João Paulo Capobianco (MMA) perguntou aos membros do COFA se haveria alguma proposta de ajuste ou de aprimoramento na redação do RET da 30ª reunião desse Comitê. Todos estando de acordo, o documento foi aprovado por unanimidade.

2. Informes

2.1 Resultados do PRODES 2023/2024 - Amazônia e Cerrado

O Secretário Extraordinário de Controle do Desmatamento e Ordenamento Territorial, André Lima, apresentou resultados do PRODES 2023/2024 na Amazônia e no Cerrado, destacando:

Amazônia

- Área desmatada foi de 6.288 km², representando uma redução de 30,6% em comparação a 2023 e o menor valor registrado nos últimos nove anos.
- Diminuição foi de 45,7% em relação ao ano de 2022, com importantes avanços nas políticas de controle ambiental.
- Reduções mais expressivas ocorreram em estados como Rondônia (-62,5%), Amazonas (-29%) e Pará (-28,4%).
- Municípios prioritários: 78% dos municípios da Amazônia apresentaram queda no desmatamento, enquanto 23% registraram aumento.

Cerrado

- Desmatamento caiu para 8.174 km², uma redução de 25,7% em relação a 2023, revertendo a tendência de crescimento dos últimos cinco anos.
- Queda impulsionada por ações concentradas na região de MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), com destaque para reduções significativas na Bahia (-63,3%), Maranhão (-15,1%), Tocantins (-9,6%) e Piauí (-10,1%).

Emissões de Gases de Efeito Estufa

- Redução no desmatamento resultou em diminuição estimada de 359 MtCO₂ na Amazônia e 41,8 MtCO₂ no Cerrado, totalizando menos de 400,8 MtCO₂ para o período 2023/2024.

Ações de Monitoramento e Controle

- Governo intensificou a fiscalização ambiental, com aumento de 98% nos autos de infração emitidos pelo IBAMA e 111% no ICMBio.
- Grandes operações de combate ao garimpo e regularização fundiária contribuíram para os resultados, além do fortalecimento do Cadastro Ambiental Rural (CAR).

Políticas Públicas e Iniciativas

- Retomada de programas como o Fundo Amazônia, com recursos de R\$ 3,5 bilhões para projetos ambientais.
- Investimentos em bioeconomia, concessões florestais e incentivos para práticas agrícolas sustentáveis.
- Criação de novas áreas protegidas e homologação de Terras Indígenas (810 mil hectares) também são medidas estratégicas.

Capobianco (MMA) destacou a importância desses números e a conexão direta entre o desmatamento nos biomas Amazônia e Cerrado, com ênfase no "efeito de vazamento", que ocorre quando as ações de controle em um bioma transferem a pressão para o outro. Salientou o impacto positivo tanto em termos de eficácia de política pública e a importante articulação com os governos estaduais, especialmente na região do Matopiba. Sublinhou o impacto positivo para o setor agropecuário, particularmente no Cerrado, onde se concentra a maior produção de grãos no país, com a atuação do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) na abertura de mercados.

Carlos Augustin (do MAPA) questionou o motivo pelo qual o poder público não desmantela um esquema tão evidente, considerando que dois terços do desmatamento ilegal são claramente visíveis.

André Lima (MMA) ressaltou que o acesso ao crédito facilita a consolidação da produção em áreas desmatadas ilegalmente. Destacou que o Banco Central restringe o crédito apenas dos formalmente embargados. O problema, prosseguiu, é que tanto o Ibama quanto os órgãos estaduais não conseguem embargar a maior parte das áreas desmatadas, o que, na prática, corresponde a menos de 25%, permitindo que 75% das áreas permaneçam acessíveis ao crédito, sem restrições.

Capobianco (MMA) convidou todos a participarem de um seminário técnico-científico que será realizado em breve, com o objetivo de avaliar esses dados e definir estratégias para seu aprimoramento.

Capobianco (MMA) destacou que, embora não exista tecnologia para prever o desmatamento, o monitoramento via DETER e a atuação conjunta de órgãos como

Ibama, ICMBio e Polícia Federal têm agilizado a fiscalização. Apontou como desafio a falta de disponibilidade digital das autorizações de desmatamento, dificultando a distinção entre áreas legais e ilegais. Informou que um programa está em andamento para integrar essas licenças aos órgãos responsáveis.

Tereza Campello (BNDES) lembrou que o BNDES ampliou a vedação de concessão de crédito rural a clientes com embargo por desmatamento ilegal, mesmo que em imóveis não diretamente associados ao financiamento. O BNDES pode adotar os mesmos procedimentos para proprietários rurais que tenham qualquer imóvel com embargo ambiental ativo em seu nome.

Capobianco (MMA) lembrou uma série de melhorias no Plano Safra para induzir uma ação ambientalmente responsável e, ao mesmo tempo, coibir o acesso a crédito daqueles estão desmatando ilegalmente.

Lucia Alberta (Funai) questionou se há detalhamento sobre terras indígenas (TI) nesses dados.

André Lima (MMA) afirmou haver uma análise por categoria fundiária e que as TIs concentram apenas 3% do desmatamento na Amazônia.

Fábio Martinez (RR) demonstrou interesse em obter dados específicos dos estados para viabilizar estratégias de prevenção e combate ao desmatamento.

André Lima (MMA) afirmou que os dados estão disponíveis e serão compartilhados com os membros do Comitê.

2.2. Projetos da administração pública direta e indireta apresentados na Subcomissão Executiva do PPCDAm

Capobianco (MMA) explicou que a apresentação de projetos de entidades públicas à Subcomissão busca garantir alinhamento ao PPCDAm. Ressaltou que essa etapa não assegura o aporte de recursos pelo Fundo Amazônia, que depende do cumprimento de todos os procedimentos exigidos pelo BNDES.

André Lima (MMA) comunicou que em 2023 foram apresentados 8 projetos, representando R\$ 2.54 bilhões. Em 2024, 26 projetos, representando R\$ 2.07 bilhões. Comentou que as reuniões realizadas foram produtivas para adequação de projetos importantes, caso do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amazonas (CBMAM), com a análise preliminar e o estabelecimento de recomendação de atuação em municípios prioritários no combate a incêndios. Informou que a Subcomissão busca conhecer melhor os projetos e estabelecer uma interação com os membros dos diferentes ministérios visando a máxima sinergia possível. Informou que 6 projetos foram já aprovados e 10 projetos já protocolados.

Tereza Campello (BNDES) lembrou da aprovação do projeto junto ao Ministério da Igualdade Racial (MIR), a iniciativa Naturezas Quilombolas.

Capobianco (MMA) destacou a alta demanda por recursos do Fundo Amazônia e seus impactos concretos. Mencionou o dinamismo do Fundo Clima no atual governo, impulsionado pelo lançamento de títulos verdes soberanos e pelo programa Eco Invest Brasil. Ressaltou o grande interesse nesses recursos, que chegam a R\$ 10,4 bilhões, e a agilidade do BNDES em internalizar mais de 70% desse montante.

Lucia Alberta (Funai) comunicou que a Funai protocolará uma proposta junto ao Fundo Amazônia.

Tereza Campello (BNDES) propôs a realização de reuniões bilaterais com os estados, em parceria com o MMA, para tratar dos projetos aprovados na Subcomissão. Ressaltou que dentre os 34 projetos apresentados, 10 foram protocolados no BNDES. Informou que o BNDES está focado na construção de uma agenda compatível com o ingresso de recursos.

Capobianco (MMA) ressaltou a importância desses dados e das conquistas na redução das emissões de gases de efeito estufa, alcançadas por meio do combate ao desmatamento. Destacou que esses avanços abrem novas oportunidades para a captação de recursos pelo Fundo Amazônia.

2.3 Presença do Fundo Amazônia na COP 29, a ser realizada em Baku, Azerbaijão e nas atividades durante a reunião do G20, a ser realizado no Rio de Janeiro

Tereza Campello (BNDES) comunicou que o Fundo Amazônia será representado pelo superintendente da Área de Meio Ambiente do BNDES, Nabil Kadri.

Informou que a Cúpula Social do G20, que ocorrerá de 14 a 16 de novembro de 2024 no Rio de Janeiro, visa incentivar a participação ativa da sociedade civil, com uma carta de propostas a ser entregue aos líderes do G20. Informou também que o Fundo Amazônia realizará oficinas de escuta com instituições apoiadas, como a Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá (OPIRJ), o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco de Babaçu (MIQCB) e a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), que compartilharão suas experiências.

2.4 Balanço da atuação do Fundo Amazônia – Bombeiros e Demais atuações

Tereza Campello (BNDES) esclareceu que os números preliminares relativos às doações recebidas pelo Fundo Amazônia foram revisados, pois estavam em valores nominais, o que causava distorções significativas, sobretudo devido ao montante das primeiras doações. Destacou tanto a diversidade de países doadores quanto o reforço no aporte de países como a Noruega, maior doador, o que comprova que o Fundo, apesar de quatro anos sem receber recursos, voltou com toda a força,

confiança, relevância e com resultados. Informou que as doações contratadas somam aproximadamente R\$ 1,4 bilhão, sendo R\$ 812 milhões já internalizados.

Comunicou que o Fundo Amazônia atingiu a marca de R\$ 887 milhões com projetos aprovados em 2024, além de novos editais sendo lançados, como a seleção do Parceiro Gestor que realizará chamadas públicas para apoio a projetos de gestão territorial e ambiental quilombola na Amazônia Legal.

Capobianco (MMA) parabenizou o esforço da equipe do BNDES pelos resultados expressivos em 2023 e 2024.

Nabil Kadri (BNDES) lembrou do fluxo interno dos projetos no BNDES, que é dinâmico, o que resulta em uma carteira já protocolada, com projetos em análise para os próximos anos, que soma mais de R\$ 3.6 bilhões.

Tereza Campello (BNDES) informou sobre o lançamento de um filme pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), no âmbito da chamada “Sanear Amazônia – Cisternas”. Quanto à “Amazônia na Escola”, informou que a chamada se encontra na fase de conversa com os municípios da Amazônia Legal que serão beneficiados nessa primeira rodada. No “EcoForte Redes”, um programa já reconhecido de redes de agroecologia, agora se expande para Amazônia, com a finalização do recebimento de propostas. No “Restaura Amazônia” projetos foram contratados.

Capobianco (MMA) destacou a importância do “Amazônia na Escola”, que conecta pequenos produtores à melhoria da produção agrícola e à inclusão escolar, promovendo uma alimentação de qualidade. Ressaltou que o edital gera múltiplos resultados, cruciais para aumentar a renda e fixar os produtores em suas áreas.

Tereza Campello (BNDES) lembrou que em novembro de 2023, o COFA aprovou a destinação de até R\$ 405 milhões para projetos de prevenção e combate a incêndios florestais, com um limite de R\$ 45 milhões por estado. Entre fevereiro e abril de 2024, os estados do Acre e Rondônia tiveram seus contratos assinados e os recursos liberados, no valor de R\$ 21,7 milhões e R\$ 34 milhões. Com isso, 2 dos 9 estados foram contemplados. Nos meses de setembro e outubro de 2024, prosseguiu, mais cinco estados foram aprovados: Amapá, Amazonas, Pará, Roraima e Maranhão, totalizando R\$ 225 milhões, sendo R\$ 45 milhões para cada estado. Assim, o número de estados com recursos aprovados subiu para 7 de 9. Por fim, concluiu, entre outubro e dezembro de 2024, os estados de Mato Grosso e Tocantins apresentaram seus projetos que serão analisados de forma expedita para que se evite a tragédia ocorrida nesse ano. Destacou que a parte do BNDES foi cumprida e que cabe aos estados agora apresentar toda a documentação exigida para a contratação. Destacou os projetos do ciclo 2012/13, indicando iniciativas anteriores no contexto de financiamento e execução de projetos para fortalecer a estrutura dos corpos de bombeiros militares e as ações de prevenção e combate a

incêndios florestais e queimadas não autorizadas, no qual o Fundo Amazônia tem conseguido cumprir papel relevante, somado a um conjunto de ações do governo federal e as ações dos estados.

A respeito da Chamada Pública para Implementação Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Territórios Quilombolas (PNGTAQ), cujas linhas gerais já haviam sido aprovadas 30ª Reunião do COFA, comunicou a aprovação pelo BNDES da chamada pública “Naturezas Quilombolas”, para implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola (PNGTAQ) nas comunidades quilombolas da Amazônia Legal, no total de R\$ 33 milhões. Os eixos são: integridade territorial, usos, manejo e conservação ambiental; produção sustentável, geração de renda, soberania alimentar e segurança nutricional; ancestralidade, identidade e patrimônio cultural; educação e formação voltadas à gestão territorial e ambiental; e organização social para a gestão territorial e ambiental. Lembrou que os territórios quilombolas, a exemplo dos indígenas, são muito preservados, com índice de desmatamento muito inferior a outras áreas, se tornando estratégicos no avanço dos PNGTAQs.

Capobianco (MMA) informou que a COP16 da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), realizada em Cali, reconheceu, no Artigo 8(j), o papel das comunidades afrodescendentes, assim como os povos indígenas e comunidades locais, na preservação e uso sustentável da natureza, com a criação de um órgão subsidiário permanente para tratar do aprimoramento das políticas de apoio e remuneração pelos conhecimentos adicionais associados.

André Lima (MMA) complementou informando que 0,2% do desmatamento apurado no PRODES 2024 ocorreu em terras quilombolas.

3. Correção

Fernanda Garavini (BNDES) comunicou a correção de redação nas Diretrizes para Aplicação dos Recursos do Fundo Amazônia (ambos os documentos, para atuação na Amazônia Legal e Fora da Amazônia Legal), no que se refere ao artigo 3.1. Proponentes e Executores, com a inclusão da redação “as instituições proponentes de projetos ao Fundo Amazônia deverão comprovar experiência, conhecimento e capacidade operacional para a execução das ações do projeto, considerando fatores como o porte do projeto, o tema da proposta, o público-alvo e o território abrangido”. Informou que o objetivo é evidenciar a necessidade de capacidade de execução das proponentes em qualquer tipo de projeto apresentado ao Fundo Amazônia. Essa inclusão abrange todos os projetos a serem protocolados.

Capobianco (MMA) indagou aos presentes se havia alguma objeção quanto à inclusão da redação.

Eduardo Taveira (AM) destacou a importância da exigência, mas apontou os desafios para associações tradicionais e organizações comunitárias, que, embora regulares, têm dificuldades em comprovar essa experiência. Embora concorde com o critério, questionou se há espaço para discutir formas de viabilizar maior inclusão, especialmente em relação a comunidades quilombolas, povos indígenas e outros grupos tradicionais, já que a exigência pode favorecer executores com longa trajetória no setor. Defendeu a avaliação de alternativas para garantir acesso mais equitativo a essas comunidades.

Nabil Kadri (BNDES) esclareceu que a redação já está no documento, no que se refere às chamadas públicas, e que a proposta é replicar na parte geral.

Eduardo Taveira (AM) ressaltou a importância de considerar a realidade das comunidades ao desenhar projetos, especialmente em relação à escala e complexidade. Destacou que as iniciativas precisam ser adequadas ao tamanho e capacidade de execução dessas comunidades. Reforçou que não está questionando a exigência de experiência, mas sugeriu a inclusão de projetos acessíveis às associações de populações tradicionais, o que poderia ter um caráter pedagógico, permitindo que as organizações ganhem experiência prática e ampliem sua capacidade de atuação.

Capobianco (MMA) esclareceu que o objetivo da redação não é exigir previamente uma comprovação rígida de capacidade, mas sim avaliar se a organização proponente tem condições de executar o projeto proposto, considerando sua dimensão e complexidade.

Eduardo Taveira (AM) afirmou ter sido contemplado com a explicação.

Tanara Lauschner (MCTI) questionou se a alteração versa sobre a formalização de uma prática já adotada.

Tereza Campello (BNDES) esclareceu que não se trata de uma formalização, mas de explicitação de algo já previsto em outras partes das Diretrizes e que já se aplica conforme as normas do Banco.

Valeria Paye (COIAB) afirmou ser esse um tema controverso, com impacto direto nos projetos. Ponderou que essa exigência, que não se aplica apenas aos proponentes, mas também aos executores, e levanta a necessidade de um diálogo sobre como essa diretriz afeta tanto quem propõe quanto quem executa os projetos, mesmo que essa não seja a intenção inicial.

Tereza Campello (BNDES) informou que o objetivo é deixar o documento mais claro quanto a essa necessidade, que já é uma obrigatoriedade por força dos normativos internos do BNDES.

Capobianco (MMA) enfatizou a importância de o COFA analisar a questão, mesmo sendo uma prática do BNDES. Destacou que o dispositivo funciona como uma salvaguarda, garantindo que os projetos sejam adequados ao público-alvo, território e capacidade dos executores. A avaliação prévia do Fundo Amazônia busca evitar propostas de proponentes sem experiência, o que fortalece a governança e melhora a gestão dos recursos.

Moisés Savian (MDA) informou que a redação atual está suficientemente clara e oferece mais garantias para quem elaborará novos projetos.

Valeria Paye (COIAB) reafirmou sua objeção quanto à inclusão.

Capobianco (MMA) solicitou que o tema seja retomado em reunião posterior como ponto de deliberação.

4. Demais informes

Moisés Savian (MDA) parabenizou o MMA e o BNDES pelos avanços no controle do desmatamento e na melhoria na gestão dos fundos já que a rápida aprovação de projetos fortalece a credibilidade do país e atrai novos recursos. Agradeceu a canalização de recursos para agricultores familiares, indígenas e comunidades tradicionais. Indagou como se dá o processo de aprovação dos projetos no BNDES.

Rodrigo Rollemberg (MDIC) parabenizou o MMA pelos avanços no controle do desmatamento, que reforça a capacidade do Brasil em cumprir as metas climáticas, em especial a NDC (Contribuição Nacionalmente Determinada). Destacou a atuação do BNDES e a necessidade de que esses instrumentos sigam alinhados às políticas públicas estratégicas.

Tereza Campello (BNDES) afirmou que o processo de análise de projetos envolve protocolo, avaliação e possível ajuste para viabilização. Projetos podem ser retirados e reapresentados, reiniciando a análise. Esclareceu que grandes projetos podem ser executados em etapas, caso do Ministério da Justiça, devido ao montante disponível. Sublinhou que após a análise, o proponente deve cumprir seu papel, apresentando toda a documentação exigida na análise, como licenciamento ambiental e regularidade fundiária. Afirmou que a aprovação não garante a contratação, pois o cumprimento de requisitos é essencial para a execução.

Sandra Bonetti (CONTAG) parabenizou o MMA e reconheceu os avanços no controle do desmatamento, mas alertou para desafios futuros, como as queimadas. Mencionou duas iniciativas relacionadas à COP 30: a Cúpula dos Povos, liderada pela sociedade civil, e a proposta sobre alimentação durante o evento, que envolve a agricultura familiar, povos tradicionais e originários. Sugeriu que o Fundo e o BNDES avaliem formas de apoio, seguindo exemplos de iniciativas anteriores, para garantir uma participação estruturada e bem-organizada na conferência de 2025.

Capobianco (MMA) afirmou ser essa uma ideia bastante interessante.

Valeria Paye (COIAB) reconheceu os avanços alcançados pelo Fundo Amazônia. Destacou a experiência da COIAB, que, apesar de seus 36 anos de atuação, ainda não conseguiu acesso direto ao Fundo, dependendo de parcerias com organizações como Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE) e The Nature Conservancy Brasil (TNC). Ressaltou o esforço contínuo da COIAB e de sua rede para atender aos critérios exigidos, garantindo que as iniciativas nas comunidades e territórios indígenas gerem resultados concretos. Enfatizou o papel fundamental das terras indígenas na preservação ambiental e da biodiversidade.

Capobianco (MMA) afirmou que são pertinentes os comentários e reforçou a necessidade de uma reflexão contínua, sendo fundamental manter esse debate e trabalhar para avançar nessa direção.

André Lima (MMA) registrou que a questão da capacidade institucional foi tratada como um informe já que esse critério está presente nas Diretrizes e que torná-lo explícito nos projetos faz sentido, pois o BNDES não aprova propostas sem comprovação da capacidade de execução.

Carlos Augustin (Mapa) destacou a necessidade de soluções inovadoras para enfrentar o problema. Criticou o sistema de embargos, que trata criminosos e produtores regulares da mesma forma e afirmou ser o desafio central coibir o desmatamento irregular, responsabilizando os culpados.

Capobianco (MMA) destacou a relevância do tema, especialmente em relação ao Fundo Amazônia, cujos recursos dependem de resultados. Embora seja essencial embargar e impedir benefícios do desmatamento ilegal, reconheceu que os esforços já evitaram a destruição de aproximadamente 1 milhão de hectares. Enfatizou que o compromisso deve continuar utilizando credibilidade e capacidade institucional. Também reforçou que os avanços são fruto de um trabalho conjunto do governo, envolvendo diversos ministérios e a liderança política na Casa Civil.

André Leite (MJ) destacou o andamento do Projeto AMAS, apoiado pelo Fundo, que busca fortalecer a fiscalização na região, de difícil acesso, por meio da criação de bases operacionais e postos da Polícia Rodoviária Federal. Informou que a iniciativa visa integrar os estados ao governo federal no combate ao desmatamento ilegal. Por fim, parabenizou os resultados obtidos e reforçou a parceria com o BNDES.

Capobianco (MMA) expressou o desejo de que o MAPA apresente um projeto no Fundo Amazônia para ajudar a gerenciar os agricultores que operam na ilegalidade. E que a proposta envolveria uma parceria com o INCRA e a Polícia Federal, com o objetivo de explorar essa possibilidade de forma eficaz e com resultados positivos.

André Lima (MMA) destacou a relevância da Resolução CMN nº 5.080, do Banco Central, que veda o financiamento de crédito rural para projetos que prevejam desmatamento e constatou a importância do MAPA na sua manutenção.

Eduardo Taveira (AM) agradeceu a aprovação dos projetos e destacou a importância dos recursos para enfrentar os desafios climáticos. Mencionou a contribuição significativa do MMA e da retomada da fiscalização pelo Ibama e ICMBio. Agradeceu também a articulação entre os níveis federal, estadual e municipal, incluindo melhorias nas tecnologias de satélites para fiscalizar o território.

Alex Sandro Marega (MT) agradeceu o apoio do MMA e do BNDES. Ressaltou que fiscalização e multas não são suficientes para o controle de desmatamento, sendo necessário complementar com novas estratégias, como incentivos, restrições ao crédito e valorização da produção sustentável. No combate a incêndios, enfatizou a importância da integração entre órgãos públicos, que resultou na redução da área queimada, apesar do aumento dos focos de calor. Reforçou a necessidade de manter a cooperação para avançar na preservação ambiental e mencionou a intenção de protocolar novos projetos no BNDES.

Tereza Campello (BNDES) avaliou a reunião de forma positiva e prometeu aperfeiçoamento para os próximos encontros. Destacou o andamento dos debates e os bons resultados alcançados, com expectativa de avanços futuros. Agradeceu à equipe organizadora e ao MMA pela parceria constante.

Capobianco (MMA) elogiou a reunião, destacando sua objetividade, colaboração e ampla participação. Enfatizou a liderança de André Lima e do governo nesse esforço. Mencionou parcerias importantes com governos estaduais e municipais, como o programa União com Municípios pela Redução do Desmatamento e Incêndios Florestais na Amazônia e o pacto com estados do Matopiba. Aplaudiu as parcerias com a sociedade civil, movimentos indígenas e comunidades tradicionais. Finalizou com agradecimentos a todos pela colaboração e participação.

5. Membros do COFA presentes na reunião:

GOVERNO FEDERAL

João Paulo Capobianco, Secretário-Executivo, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)

Rodrigo Rollemberg, Secretário(a) de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)

Carlos Ernesto Augustin, Assessor Especial, Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)

Moisés Savian, Secretário Nacional de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA)

Tanara Lauschner, Subsecretária de Ciência e Tecnologia para a Amazônia, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)

Maurício Muniz, Secretário Especial, Casa Civil da Presidência da República

Lucia Alberta Oliveira, Diretora de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável, Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai)

André Luis Leite, Diretor de Programa, Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)

Tereza Campello, Diretora, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

ESTADOS DA AMAZÔNIA LEGAL

Renata Souza, Secretária Adjunta de Estado do Meio Ambiente, Estado do Acre (virtual)

Eduardo Taveira, Secretário de Estado do Meio Ambiente, Estado do Amazonas (virtual)

Alex Sandro Antonio Marega, Secretário de Estado de Meio Ambiente, Estado de Mato Grosso (virtual)

Raul Protazio, Secretário de Estado de Meio Ambiente, Estado do Pará (virtual)

Nivaldo Ferreira, Comandante-Geral de CBMRO, Estado de Rondônia (virtual)

Fábio Martinez, Secretário de Estado Adjunto de Planejamento e Orçamento, Estado de Roraima

Cristiane Silva, Diretoria de Inteligência Ambiental, Clima e Florestas, Estado do Tocantins (virtual)

TERCEIRO SETOR

Davi Bomtempo, Gerente Executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade, Confederação Nacional da Indústria (CNI) (virtual)

Sandra Paula Bonetti, Secretária de Meio Ambiente, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)

Valéria Paye, Diretora Executiva, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB)

José Adilson de Jesus, Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS) (virtual)

Isabel França, Assessora Executiva, Fórum Nacional de Atividades de Base Florestal (FNFB) (virtual)

Edna Maria Castro, Professora Emérita da UFPA, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)